

Processo	00569-2003-027-03-00-9 RO		<a href="#">Ver</a>	<a href="#">Ver</a>	<a href="#">Ver</a>
			<a href="#">Teor</a>	<a href="#">Andamento</a>	<a href="#">Sentença</a>
Data de Publicação	26/04/2005	DJMG	Página: 18		
Órgão Julgador	Setima Turma				
Relator	Convocada Wilméia da Costa Benevides				
Revisor	Paulo Roberto de Castro				
Tema	OBRIGAÇÃO DE FAZER - MULTA				

**EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA. OBRIGAÇÃO DE FAZER. FIXAÇÃO DE MULTA DIÁRIA EM CASO DE DESCUMPRIMENTO.**

A multa fixada para o caso de descumprimento das obrigações de fazer deferidas em sentença são consideradas *astreintes*, previstas nos art. 461, parágrafo 4o., e 644, do CPC. Não visam substituir a obrigação, em si, mas a impor multa pelo seu descumprimento. **Pelo escopo a que visa, não pode ser fixada apenas formalmente, eis que deve ter valor eficiente a forçar o cumprimento da obrigação. Não se confunde, tampouco, com a cláusula penal prevista nos art. 408 e seguintes do CCB de 2002 (art. 921 e ss do CCB de 1916), que visa o ressarcimento do credor, em caso de descumprimento de obrigação.** Se a referida multa fora aplicada corretamente, guardando coerência com o bem cuja pretensão se deduz em juiz, nenhuma alteração no julgado "a quo" se impõe.

**Autos nº 0000349-34.2010.5.03.0134 (RO) - 4ª Turma, rel. juiz Júlio Bernardo do Carmo - Publicação: DEJT 23.05.2011 (v. fundamentos da decisão)**

**EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA - CABIMENTO - LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - INTERESSE DE AGIR.** É cabível ação civil pública visando a obter tutela inibitória consistente em impor à empresa ré obrigação de se abster de promover descontos ilícitos nos salários dos seus empregados, de admitir ou manter trabalhadores sem a formalização do contrato de emprego, sob as alegações de treinamento ou de trabalho temporário. Na hipótese, o interesse cuja tutela é pretendida transcende o âmbito dos direitos meramente individuais e sua defesa em Juízo cabe ao Ministério Público do Trabalho que tem o dever institucional de "promover ação para a defesa de outros interesses individuais homogêneos, sociais, difusos e coletivos", conforme consubstancia o artigo 6º, VIII, "a", da Lei Complementar 75/93.

